

O PAPEL DA MULHER NO CONTEXTO FAMILIAR: UMA BREVE REFLEXÃO

Juliane Callegaro Borsa

Psicóloga; Mestre em Psicologia Clínica (PUCRS), Doutoranda em Psicologia (UFRGS). Atua na área da Psicologia Clínica, sobretudo na pesquisa de temas relacionados à Relação Pais e Filhos e Desenvolvimento Infantil.

Cristiane Friedrich Feil

Estudante de Graduação em Psicologia, PUCRS. Bolsista FAPERGS do grupo de pesquisa Formação e Atendimento em Psicoterapia Psicanalítica, da Prof^a. Maria Lúcia Tiellet Nunes. Atua na área da Psicologia Clínica, na pesquisa sobre Avaliação Psicológica e Desenvolvimento Infantil.

Email :

psicojuli@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo consiste em uma revisão teórica acerca de alguns aspectos pertinentes aos diversos autores que se propõem a conceituar a família, estabelecendo uma relação destes conceitos com os papéis atribuídos à mulher no âmbito familiar. O objetivo principal deste estudo é discutir e levantar algumas questões sobre a construção social da maternidade bem como compreender os novos papéis que vêm sendo atribuídos à mulher no mundo contemporâneo. Para este fim, serão utilizados autores de diversas teorias, a propósito desta discussão, para estabelecer um panorama sobre as mudanças do papel da mulher ocorridas ao longo do tempo bem como os conflitos oriundos destas mesmas mudanças. Ao término deste estudo, pretende-se demonstrar a relevância de novas pesquisas sobre a dinâmica dos novos papéis e das novas relações de gênero estabelecidas na família contemporânea e, sobretudo, sobre a nova mulher inserida neste contexto familiar emergente.

Palavras-chave: Mulher, Família, Maternidade e Gênero

Diferentes Definições de Família

Para iniciar, consideram-se importante trazer, aqui, alguns conceitos sobre família. Inúmeras são as tentativas de estabelecer uma definição de família, seja no âmbito da Sociologia, da Antropologia, do Direito, das religiões ou da própria Psicologia¹. O que se sabe, contudo, é que não existe consenso, tampouco uma única definição sobre família. Conforme a conceituação clássica proposta por Lévi-Strauss (1972), o termo família é usado para definir um grupo social originado no casamento, constituído por marido, esposa e pelos filhos provenientes de sua união, com membros devidamente unidos por laços legais, direitos e obrigações econômicas, religiosas e outras, com uma variedade de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito e medo. Para Lévi-Strauss, a família se configura a partir de três tipos de relações: aliança entre o casal (casamento ou legalização conjugal), filiação e consangüinidade. Estas relações dão a idéia de que o conceito de família está diretamente relacionado ao conceito de parentesco².

A família segundo Minuchin (1982), autor da teoria sistêmica, é uma unidade social que enfrenta uma série de tarefas, funcionando como matriz do desenvolvimento psicossocial de seus membros. Para Roudinesco (2003), a família pode ser considerada duplamente universal, uma vez que associa um fato de cultura, construído pela sociedade, a um fato da natureza, inscrito nas leis da reprodução biológica.

O autor de diversos estudos sobre família, Osório (2002), opta por um conceito operatório, onde a família representa uma unidade grupal na qual se desenvolvem três tipos de relações pessoais, tal qual proposto por Lévi-Strauss – aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consangüinidade (irmãos) e que, a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhe condições para a aquisição de suas identidades pessoais, desenvolveu através dos tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais (p.15).

De acordo com uma definição clássica oriunda do substrato biológico ligado à sexualidade e à procriação proposta por Jelin (1995), a família é definida como instituição social que regula, canaliza e confere significado social e cultural a estas duas necessidades. Inclui, também, a convivência e sustento cotidiano, a economia compartilhada, a domesticidade coletiva, a sexualidade legítima e a procriação.

Segundo Strey (2007), existe, ainda hoje, uma discussão generalizada sobre o que seja família e não uma maneira única de considerá-la. A autora opta por considerar que a família seja

¹ É importante salientar que estes conceitos, bem como as discussões que se seguem, estão direcionados aos moldes da família ocidental, mais precisamente, tenta trazer um pouco da realidade da família ocidental e brasileira.

² Para Osório (2002), parentesco consiste numa relação entre pessoas que se vinculam pelo casamento ou cujas uniões sexuais geram filhos ou, ainda, que possuam ancestrais comuns. Nessa concepção, marido e mulher são parentes, mesmo não tendo filhos.

o resultado de uma associação entre pessoas, com a finalidade de construírem a sua vida privada, não em oposição à vida pública, mas em complemento a ela (p.18).

Assim, é possível inferir que família não é um conceito unívoco. Não sendo esta uma expressão passível de conceituação, mas tão somente de descrições, ou seja, é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não definí-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta esse agrupamento humano. São tantas as variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas, ou religiosas que determinam as distintas composições das famílias até hoje que o simples cogitar abarcá-las num enunciado integrador já nos paralisa o ânimo e tolhe o propósito (Osório, 2002, p. 12).

O Papel da Mulher na Família: para além da maternidade

De acordo com Duarte (1995), o conceito atual que possuímos de família é oriundo de diversos agenciamentos culturais ocidentais. Trata-se de um conceito instável, que se apresenta de maneiras diferentes em culturas diferentes. Apesar das diversas concepções, o estereótipo da família nuclear tem sido privilegiado e tem ocupado um lugar pregnante na idéia que construímos, historicamente, sobre o grupo familiar³.

Nesse modelo, a mulher ocupa um lugar fundamental, através do papel da maternidade o qual se constitui como a sua identidade principal, impulsionada, num primeiro momento, por interesses políticos e sociais, que se fizeram presentes, ao longo dos séculos, através da entrada em cena, por exemplo, da medicina higienista⁴. A mulher é colocada como um elemento agregador imprescindível, sem o qual a unidade familiar não sobrevive (Favaro, 2007). O homem, por sua vez, neste contexto, sempre encontrou dificuldade para separar sua individualidade das funções de pai. Manteve-se protegido no silêncio comprometedor de toda a possibilidade de diálogo com a família, especialmente com os filhos (Gomes & Resende, 2004).

Para Petersen (1999), muitas teorias respaldam o estudo das relações entre homens e mulheres e, dentre elas, a Teoria do Patriarcado, na qual o processo de subordinação feminina foi

³ O Grupo Familiar, ainda, pode ser definido como o conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou pela filiação, ou ainda a sucessão de indivíduos que descendem uns dos outros. Neste sentido, a expressão designa as pessoas aparentadas que vivem sob o mesmo teto e mais particularmente o pai, a mãe e os filhos (Flandrin, 1992).

⁴ O século XIX foi marcado, dentre outros aspectos, pela consolidação do novo papel social da medicina que ampliou o seu domínio para além da exclusiva preocupação com o corpo. A alimentação, as condições ambientais e o comportamento humano passaram a se configurar em objetos de preocupação médica, na busca de soluções para problemas como a mortalidade infantil. Essa trajetória, desde seu início, foi pautada pela formulação de regras rígidas impostas à família e, sobretudo, à mulher, enquanto mãe, no intuito de modular o seu comportamento em favor da saúde da criança. Dentre as regras básicas, a relação mãe-filho foi uma das maiores preocupações desta prática médica conhecida como Medicina Higienista e, por intermédio dela, a mulher foi elevada à categoria de mediadora entre os filhos e o Estado. Os higienistas reconstruíram socialmente a biologia feminina, buscando resgatar, na ordem natural do instinto, a maternidade e a amamentação como fatores vitais para a sobrevivência dos filhos (Costa, 1979, Almeida, 1999). Como é possível compreender, a definição dos papéis de homens e mulheres se confunde, no decorrer da história, com a própria trajetória da família e da sociedade brasileira.

construído a partir da necessidade masculina de dominar as mulheres, cujo desejo estaria em transcender sua privação dos meios de reprodução da espécie (p. 15). O patriarcado para Badinter (1986) não designa só uma forma de família baseada no parentesco masculino e no poder paterno, mas também toda a estrutura social que nasce de um poder do pai. Esse processo faz com que, gradativamente, as mulheres assumam status de bens, constituindo-se na característica fundamental da sociedade patriarcal o estrito controle da sexualidade feminina (p.20).

Historicamente, o papel da maternidade sempre foi construído como o ideal máximo da mulher, caminho da plenitude e realização da feminilidade, associado a um sentido de renúncia e sacrifícios prazerosos. No final do século XVIII, e principalmente no século XIX, como já mencionado, a mulher aceitou o papel da boa mãe, dedicada em tempo integral, responsável pelo espaço privado, privilegiadamente representado pela família (Braga & Amazonas, 2005). De acordo com Prehn (1999) a mulher é biologicamente pré-determinada a gestar e foi criada, desde os tempos primitivos, para cuidar da prole. Enquanto a mulher possuía a função da domesticação, cultivo da terra e cuidado dos filhos, o marido, possuía a função da caça e de outras atividades que exigiam força e velocidade.

Como foi possível compreender, a maternidade se configurou, ao longo da história, como a única função valorizada socialmente, desde os tempos remotos da humanidade e que se estendeu até meados do século XX, função esta que permitia à mulher ser reconhecida e valorizada. Assim, ser mãe seria pertencer a uma classe especial, ter uma posição de aparente prestígio dentro da sociedade.

Porém, apesar deste movimento, de apontar a maternidade como um evento inerente à condição feminina, para Elisabeth Badinter (1985) o amor materno é resultado de uma construção social e cultural, nada tendo a ver com instinto, fator sanguíneo ou um determinismo da natureza. A sacralização da figura de mãe surge como uma forma de reprimir o poder e a autonomia da mulher, a partir da construção de um discurso que a culpará e a ameaçará, caso não cumpra o seu dever materno dito natural e espontâneo. Badinter, afirma que uma mulher pode ser feliz sem ser mãe, e que não existe, por parte dela, uma pulsão irresistível em se ocupar do filho. Dessa forma, poderíamos afirmar que o mecanismo de criação do mito do amor materno natural e instintivo poderia ser classificado como mais uma tecnologia de gênero. Neste entendimento, a maternidade não seria um fenômeno inerente à condição feminina, uma etapa onipresente no seu ciclo vital.

Ao encontro dessa idéia, a canadense Nancy Chodorow (1978), defende que a universalidade da maternidade tem sido raramente analisada. Para ela a reprodução da maternidade no mundo contemporâneo - questão central para a divisão sexual do trabalho e conseqüente dominação masculina - se dá através de processos psicológicos induzidos social e estruturalmente que se reproduzem de forma cíclica. Chodorow explicita as bases biológicas da maternidade e os fundamentos sócio-antropológicos que justificam essas bases que, por sua vez, estabelecem uma estrutura assimétrica de papéis de homens e mulheres na família. Como a

identificação se dá através de um processo consciente de aprendizagem, Chodorow demonstra, dentro de uma perspectiva psicanalítica, como a capacidade e a habilidade da mulher para a maternidade são bastante expandidas e fortemente internalizadas, e assim construídas no desenvolvimento da estrutura psíquica da mulher⁵.

Seguindo este raciocínio proposto por Badinter e Chodorow, outras teorias apóiam a idéia de que a maternidade é uma imposição cultural. Dentre as diferentes correntes de pensamento que conformaram o movimento feminista dos anos sessenta e setenta algumas delas, bastante fortes e influentes, atribuíam ao casamento e à maternidade a causa da opressão das mulheres pelos homens⁶. Interpretada como obstáculo à igualdade, a maternidade, enquanto diferença irreduzível, foi colocada no centro das discussões nas diversas correntes do movimento feminista, num debate que atravessou toda a segunda metade do século XX (Szapiro & Carneiro, 2002).

Esta idéia da maternidade como uma imposição ou uma condição imposta à mulher foi duramente criticada pelo movimento feminista. A partir dos anos sessenta encontramos nos discursos de importantes representantes deste movimento a proposição de que a maternidade seria uma condição da qual toda mulher deveria tentar escapar. Isto porque seria exatamente nesta condição que a mulher seria submetida a uma maior opressão por parte do homem. Escapar da maternidade também significaria, para a mulher, não mais aceitá-la como um destino inevitável e sim concebê-la como uma escolha livre e autônoma, como uma opção (Szapiro & Carneiro, 2002).

Segundo Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo* (1980), não é a natureza que define a mulher, pois esta é que se define retomando a natureza em sua afetividade. De acordo com a autora, é pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação natural e todo seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie. Porém, a sociedade humana não está abandonada à natureza. Neste sentido, a função reprodutora já não é mais comandada pelo simples acaso biológico e, sim, pela vontade.

Se o desejo de ter filhos não pode ser considerado propriamente uma novidade, o ideal de uma maternidade opcional implica numa ruptura com as aspirações fundadas em ideais arcaicos - de dedicação materna exclusiva e obrigação da maternidade. É a singularidade frente a esse

⁵ A autora propõe uma nova psicodinâmica, multiparental, para a família, onde as crianças poderiam ser dependentes, desde o início, de pessoas de ambos os gêneros; assim, estabeleceriam uma noção individual do ego em relação a ambos. Dessa forma, a masculinidade não ficaria amarrada à negação de dependência e desvalorização da mulher. A personalidade feminina estaria menos preocupada com processos de individuação e crianças não desenvolveriam medos da onipotência materna nem expectativas quanto as qualidade inigualáveis de sacrifício e abnegação das mulheres. Isto reduziria a necessidade do homem de defender sua masculinidade e controlar as esferas social e cultural que tratam e definem as mulheres como secundárias e impotentes, bem como ajudaria a mulher a desenvolver a autonomia que tem sido sacrificada por essa excessiva imersão em emoções e atividades relacionais. (p.218).

⁶ Nesta óptica, o amor serviu aos objetivos da ordem médica, na medida em que contribuiu para a solidez da família e proteção da prole. O sexo, circunscrito à moral familiar, tornou-se objeto de regulação médica e foi transformado em princípios de classificação de condutas. O propósito médico estatal era a exaltação da sexualidade conjugal, baseada no casamento modelo, e a regulação dos novos papéis de homens e mulheres dentro do casamento. O autor pontua que para os médicos ser pai e mãe passou a ser a finalidade última do homem e da mulher. (Costa, 1979).

desejo que legitima a reedição do exercício da função materna, hoje harmonizado com as mudanças nos papéis femininos. Contudo, se a definição do papel materno vem mudando, esta mudança não se dá sem restrições. Algumas mulheres percebem a convivência dos novos papéis, quais sejam o de mãe e o de mulher trabalhadora, de maneira ambígua, em virtude do que consideram ser deveres maternos, quais sejam, maior dedicação à família e aos filhos, em detrimento das atividades fora do lar, mesmo se provisoriamente (Teixeira, 1999).

O Lugar da Mulher na Família Contemporânea

Os principais questionamentos sobre a família e sobre o papel dos homens e, sobretudo, das mulheres neste âmbito tiveram início no período após a Segunda Guerra Mundial. A mudança no papel da mulher e a crescente mobilidade na cultura ocidental, associadas com o surgimento dos contraceptivos e da possibilidade do aborto, levaram as alterações significativas na vida pública e privada (Leite, 1994). Além destes, outros fatores como a ascensão profissional da mulher, o divórcio, entre outros, têm contribuído para o declínio do modelo tradicional familiar (Braga e Amazonas, 2005).

Em concordância, segundo Grant (2001), a mudança ocorrida com a entrada da mulher no mundo profissional, a conquista de poder decidir sobre o momento de ter, ou mesmo de não ter filhos em decorrência dos métodos anticoncepcionais, o divórcio e a possibilidade de estabelecer novas parcerias amorosas, pluralizaram os signos que permitem sua inscrição numa determinada rede social. Neste contexto, pode-se dizer que está havendo uma reinvenção, onde a mulher assume novos papéis e novos desafios.

Na família contemporânea, tenha o casal filhos ou não, cada vez mais se confundem os papéis do homem e da mulher na vida conjugal. Em contraponto à estrutura familiar tradicional, com o pai como único provedor e a mãe como única responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos, o que vêm ocorrendo na maioria das famílias brasileiras de nível sócio-econômico médio é um processo de transição, no qual pais e mães compartilham as tarefas referentes à família, especificamente aos filhos (Wagner, Predebon, Mosmann & Verza, 2005; Fleck & Wagner, 2003).

Atualmente, conforme aponta Osório (2002), os papéis de homens e mulheres já não se vinculam mais à identidade sexual e sim à condição humana e suas circunstâncias. Ser homem e ser mulher não define mais por si só a prontidão para o exercício de papéis conjugais. Atribuir à mulher o papel de cuidar do lar e ao homem o de prover o sustento da família não só é um modelo arcaico que remonta às origens do processo civilizatório como soa hoje em dia um estereótipo tangenciando o ridículo (Osório, 2002).

Vale a pena enfatizar que cabe a família a maior parte da tarefa de construir uma identidade feminina. De acordo com Vieira (2005) não se nasce uma mulher, e sim ela é feita, sendo uma

espécie de mundo em construção e mudança. Refletindo sua identidade as cores da sociedade contemporânea.

A família sofreu mudanças significativas com o passar dos tempos. Atualmente, um número cada vez maior de mulheres trabalha fora de casa e contribui com a renda familiar. Além da maternidade, muitas mulheres preocupam-se com sua realização profissional, vislumbrando nessa atividade uma condição necessária ao sucesso da sua vida (Fleck & Wagner, 2003)⁷.

Quanto aos aspectos relacionados ao trabalho, Strey (2007) propõe uma reflexão, na medida em que se trata de um fenômeno assentado fortemente nas questões de gênero. Quando se trata de “trabalho de mulher” (p. 28), os homens podem não se sentir dignificados a executá-lo, porque tradicionalmente tem sido menos importante na cultura ocidental que “trabalho de homem” (p. 28). Segundo a autora, estes conceitos estão mudando. Embora as crenças sobre trabalho apropriado para ambos os sexos tenham mudado no mercado de trabalho, as crenças sobre quem deve fazer o trabalho doméstico não-pago sofre transformações muito mais devagar. O trabalho familiar, principalmente as tarefas domésticas, tende a ser trivializadas na imaginação popular, em parte por ser considerada como trabalho de mulher, por não ser remunerado e prazeroso e por se tratar de uma atividade repetitiva e demorada.

O trabalho é um ato social por excelência, que permite aos indivíduos integrarem-se na sociedade que vão criando para a satisfação da necessidade de pertencer a um grupo. Através do trabalho e de sua organização coletiva, acumulamos habilidades através de gerações, para criar beleza e utilidade, para elevar o padrão de vida de toda sociedade, sendo este essencial para a sobrevivência, avanço cultural e econômico (Strey, 1999, p. 42).

Segundo a mesma autora, pelo fato das mulheres terem ficado mais dentro do mundo familiar e os homens mais na vida pública, estes acabaram por se colocar acima das primeiras escalas da hierarquia social, traçando uma linha de dominação sobre as mulheres. Isso coloca o marido numa posição de dominação e determinação do que passa dentro da família e, por conseguinte, sobre sua mulher (p.48).

Em síntese, como podemos analisar, ao longo da história, a família sofreu significativas transformações. Neste sentido, não se fala mais da família e, sim, das famílias, nas suas mais diversas configurações. É possível notar que mudanças no contexto familiar são frequentes, o que torna premente reconsiderar os alicerces sobre os quais se constroem as relações familiares o modo como estas relações são vistas, sobretudo no que diz respeito aos papéis que homens e

⁷ As mudanças nos papéis de homens e mulheres dentro do âmbito familiar estão relacionadas às alterações econômicas e sociais (morais). Como consequência, passaram a ser constituídas distintas formas de conjugalidade a partir do momento em que o matrimônio deixou de ser o meio social para procriação e deu-se autonomia à sexualidade, ou seja, o casamento deixa de ser necessário como condição para o sexo. O trabalho feminino também influenciou esse panorama de forma marcante, desde que entrou em conflito com o estatuto sexual de dominação masculina. A possibilidade de as mulheres terem maior patrimônio educacional e profissional permitiu uma maior liberdade quanto à possibilidade de fundar ou não uma família (Ferreira, 2002).

mulheres vêm exercendo no âmbito da família contemporânea (De Marque, 2006, Roudinesco, 2003).

Algumas Considerações

Há poucas décadas, a identidade da mulher estava diretamente associada à maternidade, ou seja, ela nascia para o casamento e para a procriação. Hoje se abrem novos horizontes para uma mulher mais consciente e livre para escolher, que vem conquistando novos espaços, assumindo uma multiplicidade de papéis, inimagináveis até pouco tempo atrás. A maternidade, por exemplo, já não é mais um destino irrefutável e obrigatório para a mulher (Orsolin, 2002).

Por estas e outras razões, a sociedade vem sendo marcada por uma ascensão da mulher no mercado de trabalho e na vida intelectual. Uma das conseqüências fundamentais deste fato é a possibilidade da mulher poder desenhar a direção de sua vida, ou seja, fazer escolhas com certa liberdade que até então não lhe era permitida. Por outro lado, apesar da atual abertura para o acolhimento da mulher como profissional, destacamos sua dificuldade na conjunção dos papéis exercidos na esfera pública e privada. Se, antes, a mulher tinha pouca escolha, a saída para o mercado de trabalho e o advento da pílula anticoncepcional, entre outros, deram-lhe um poder de decisão e um universo de escolhas. Ao conquistar a saída de casa e poder escapar do determinismo biológico e social de sua existência, a mulher se descobriu cidadã e sujeito de seu desejo (Orsolin, 2002).

Para a mulher contemporânea, trabalhar e ser uma profissional bem sucedida é somar responsabilidades, mais do que isto é, freqüentemente, suportar certa medida de conflitos e culpa. Cabe acrescentar que essas mudanças presentes e marcantes na família brasileira ampliaram a autonomia feminina, não obstante tenham levado a um acúmulo de funções, pois as mulheres passaram a dividir com os homens o sustento da casa e a exercer as novas funções maternas. Este exercício profissional da mulher, mãe, esposa e dona de casa requer, por parte dela, uma sólida estrutura de personalidade, uma capacidade rápida de decisão e uma grande habilidade para contornar os múltiplos problemas e contratempos que encontra em sua caminhada diária em busca de uma auto-realização dentro e fora do lar. (Pozza, 1992)

De acordo com Papalia, Olds e Feldman (2006) a profissionalização feminina não implica na renúncia de um casamento ou maternidade, mas também, as normas de existência da mulher casada da classe média não estão bem estabelecidas, tornando-se tarefa árdua conciliar a vida de casada com uma profissão. As exigências sobre as mulheres são maiores do que aos homens, pois tem que se dedicar à criação e educação dos filhos e simultaneamente a isso deve cumprir fora de casa os horários exigidos pelo emprego, igualmente aos homens. Ao mesmo tempo em que ainda é exigido dela um cuidado com o corpo. Qualquer falha ao tentar conciliar todas essas tarefas acaba gerando uma culpa na mulher frente ao marido, aos filhos, ao chefe. Reprovando-se a si mesma por não ter rendido como deveria, gerando sentimentos de incompetência e culpa. Para

Petersen (1999), mesmo estando inseridas em um mercado de trabalho, as mulheres não estão livres da obrigação de gerar filhos e construir uma família, ficando a profissão na grande maioria das mulheres em segundo plano.

Algumas mulheres frente ao medo desse fracasso, optam pelo afastamento profissional após o nascimento de um filho, porém, o acelerado desenvolvimento tecnológico e econômico exige constante atualização profissional, tornando esse afastamento prolongado e a retomada ao mercado mais difícil. Contudo, apesar dos custos físicos e emocionais, as mulheres não querem abrir mão do que consideram uma conquista. Ter uma atividade remunerada pode significar maior autonomia e poder de decisão, inclusive sobre sua vida reprodutiva, o que as leva a buscar formas alternativas de conciliar a maternidade e o trabalho - como o trabalho informal, em tempo parcial, domiciliar, ou em empresas que oferecem algum apoio a funcionárias que têm filhos pequenos, como berçários e horários flexíveis (Pozza, 1992).

Assim, parece ser esse um tema relevante a ser investigado, já que os novos papéis desempenhados pela mulher na família têm resultado em mudanças na estrutura familiar (Fleck & Wagner, 2003) e, sobretudo em profundas alterações no conceito de feminilidade e na identidade da mulher. Torna-se imprescindível compreender, neste sentido, esta nova face do feminino no contexto social e as novas fontes de gratificação da mulher atual que, à revelia de um possível chamamento biológico e de um imperativo social, opta por outros objetivos, outros estilos de vida que não passam pela maternidade (Orsolin, 2002), indo muito mais além dos muros de casa que, por tantos e tantos anos, apresentavam-se como intransponíveis.

BIBLIOGRAFIA

Almeida J.A.G. (1999). **Amamentação: um híbrido natureza-cultura**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

Badinter, E. (1985). **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Badinter, E. (1986). **Um é o outro: Relações entre homens e mulheres**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Beauvoir, S. (1980). **O Segundo Sexo**. São Paulo: Nova Fronteira.

Braga, M.G.R. & Amazonas, M.C.L.A. (2005). Família: maternidade e procriação assistida. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 10(1), 11-18.

Chodorow, N. (1978). **Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Costa, J.F. (1979). **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal.

De Marque, C.R. (2006). **Construção de identidade e formação de vínculos, no processo psicoterapêutico de uma criança, em diferentes contextos familiares**. (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Duarte, L.F.D. (1995). Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: Ribeiro & A. C. T. Ribeiro (Orgs.) **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, p. 27-41.

Favaro, C. (2007). Mulher e Família: Um Binômio (quase) Inseparável. In: Strey, M.N.; Neto, J.A.S. & Horta, R.L. (org), **Família e Gênero**, Porto Alegre: EDIPUCRS.

Ferreira, V.R.T. (2002). Casais de ontem, casais de hoje: mudanças no casamento e em duas gerações de casais. In: Cenci, C.M.B.; Piva, M. & Ferreira V. R. T. **Relações Familiares: uma reflexão contemporânea**. Passo Fundo: UPF Editora.

Flandrin, J. (1992). **Família: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Lisboa: Editorial Estampa.

Fleck, A.C. & Wagner, A. (2003). A Mulher Como a Principal Provedora do Sustento Econômico Familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 8, (num. esp.), 31-38.

Gomes, A.J.S. & Resende, V.R. (2004). O Pai Presente: O Desvelar da Paternidade em Uma Família Contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 20(2), 119-125.

Grant, W.H. (2001). A maternidade, o trabalho e a mulher. In: Colóquio do Lepsi IP/FE-USP, 3, São Paulo. **Proceedings on line...** Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032001000300008&lng=en&nrm=abn Acessado em: 09 de Março de 2008.

Jelin, E. (2005), Familia y Género: notas para el debate. **Estudios Feministas**, IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, 3(2).

Leite, C.L.P. (1994). **Mulheres: muito além do teto de vidro**. São Paulo: Atlas.

Lévi-Strauss, C. (1972). **As estruturas elementares do parentesco**. Rio de Janeiro: Vozes.

Minuchin, S. (1982). **Família, Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 1982.

Orsolin, R. (2002). Nem toda a mulher quer ser mãe: novas configurações do feminino. In: Cenci, C.M.B.; Piva, M. & Ferreira V.R.T. **Relações Familiares: uma reflexão contemporânea**, Passo Fundo: UPF Editora.

Osório, L. C. (2002). **Casais e Famílias – uma visão contemporânea**, Porto Alegre: Artmed.

Papalia, D.E.; Olds, S.W. & Feldman, R.D. (2006). **Desenvolvimento Humano**, 8º ed. Porto Alegre: Artmed.

Petersen, A. (1999). Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. In: Roso, A.; Mattos, F.B.; Werba G. & Strey, M.N. (Org.) **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Prehn, A.R. (1999). Divisão sexual do trabalho: isso é coisa de mulher? In: Roso, A.; Mattos, F.B.; Werba, G. & Strey, M.N. (Org.) **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Pozza, M. C. (1992). **Conflitos da mulher na tentativa de conciliação da maternidade com o trabalho profissional**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Psicologia, PUCRS, Porto Alegre.

Roudinesco, E. (2003). **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Strey, M.N. (2007). Gênero, Família e Sociedade. In: Strey, M.N.; Neto, J.A.S. & Horta, R.L. (org), **Família e Gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Szapiro A.M. & Féres-Carneiro, T. (2002). Construções do Feminino Pós Anos Sessenta: O Caso da Maternidade como Produção Independente. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 15(1), 179-188.

Teixeira, E.T.N. (1999). **Adiamento da maternidade: do sonho à maternagem**. (Dissertação de Mestrado) Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública.

Vieira, J.A. (2005). Women's identity in modernity. **DELTA.**, São Paulo, v. 21, n. spe, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300012&lng=en&nrm=iso Acesso em: 01 de Março 2008.

Wagner, A.; Predebon, J.; Mosmann, C. & Verza, F. (2005). Compartilhar Tarefas? Papéis e Funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, 21, (2), 181-186.